

A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE NO BRASIL

Aline de Jesus Reisⁱ

Selma Leal da Silvaⁱⁱ

Cleide Carneiro Alves da Silvaⁱⁱⁱ

Resumo:

Este trabalho apresenta a evolução da Contabilidade no Brasil, desde a época Colonial até os dias atuais. Neste artigo são relatadas importantes datas, além de leis e decretos que ajudaram no desenvolvimento do tema preposto, visando transmitir o conhecimento da história da Contabilidade brasileira.

Palavras-chave: História. Contabilidade. Brasil.

A Contabilidade da Época Colonial ao Brasil Império

A história da Contabilidade no Brasil iniciou-se a partir da época Colonial, representada pela evolução da sociedade e a necessidade de controles contábeis para o desenvolvimento das primeiras Alfândegas que surgiram em 1530. Esses fatos demonstravam as preocupações iniciais com o ensino comercial da área contábil, pois, no ano de 1549 são criados os armazéns alfandegários e para controle destes, Portugal nomeou Gaspar Lamego como o primeiro Contador Geral das terras do Brasil, cuja expressão era utilizada para denominar os profissionais que atuavam na área pública.

Constata-se na história, que no dia 16 de julho de 1679, através da Carta Régia é criada a Casa dos Contos, órgão incumbido de processar e fiscalizar as receitas e despesas de Estado, ganhando autonomia somente no reinado de João I. Esse fato é respaldado pela chegada da Família Real ao Brasil em 1808, proporcionando um desenvolvimento sócio-econômico e cultural mais efetivo na colônia, devido a diversas ocorrências, tais como a abertura dos portos às nações amigas, a colônia passou a comercializar produtos de outros países, além de Portugal; a criação do Banco do Brasil, originando a emissão do papel moeda, mais devido ao déficit dos cofres públicos fechou no ano seguinte; a criação da Imprensa

Régia, permitindo a atividade impressora, (somente o governo tinha permissão para imprimir), sendo publicado o primeiro jornal do Brasil e criação do Museu Nacional e da Biblioteca Real, atualmente Biblioteca Nacional.

O desenvolvimento social que ocorria naquele período, aliado a expansão da atividade colonial provocou um aumento nos gastos, exigindo um melhor controle das contas públicas e receitas do Estado, e para este fim foi implantado o órgão denominado Erário Régio.

Com a instalação do Erário Régio, foi introduzido o método das partidas dobradas, já utilizado em Portugal. O órgão era composto por um presidente com funções de Inspetor Geral, um contador e um procurador fiscal, incumbidos de fazer toda arrecadação, distribuição e administração financeira e fiscal.

O processo de escrituração contábil nos órgãos públicos tornou-se obrigatório em Portugal através do Alvará de 24 de dezembro de 1768. No Brasil, a primeira referência oficial à escrituração e relatórios contábeis ocorreu no ano de 1808, elaborada pelo Príncipe Regente D. João VI, conforme dispõe o texto da Carta:

Para o método de Escrituração e fórmulas de Contabilidade de minha real fazenda não fique arbitrário a maneira de pensar de cada um dos contadores gerais, que sou servido criarem para o referido Erário: - ordeno que a escrituração seja mercantil por partidas, por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade, para o manejo de grandes somas como por ser mais clara e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios, onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores.

O processo de escrituração das contas só poderia ser feita por profissionais que estudassem aulas de comércio, sendo essas aulas realizadas no Brasil originárias de Portugal e preparavam os empregados do comércio para o exame na Junta Comercial.

Segundo Álvaro Ricardino, a Aula de Comércio é a denominação de uma das primeiras escolas de gestão da Europa e do mundo, subordinada à Junta de Comércio, que, juntamente, com o Erário Real, formavam a tríade sobre a qual se apoiava o governo português.

As Aulas de Comércio no Brasil foram citadas em 1808, através do decreto do Príncipe Regente D. João VI:

Sendo absolutamente necessário o estudo da Sciencia Econômica na presente conjuntura..., e por me constar que José da Silva Lisboa [futuro Visconde de Cairu] ... tem todas as provas de ser muito hábil para o ensino daquela sciencia sem a qual se caminha ás cegas e com passos muito lentos, ... lhe faço mercê da propriedade e regência de uma Cadeira e Aula Pública, que por este mesmo Decreto sou servido criar no Rio de Janeiro, ...

No Brasil, através do Alvará de 15 de julho de 1809, foi oficializado as Aulas de Comércio no Brasil, com nomeação do Sr. José Antônio Lisboa, que se torna o primeiro

professor de Contabilidade no Brasil. O Visconde de Cairu como ficou conhecido, nasceu na Bahia em 1756, foi o grande inspirador para algumas medidas do Príncipe Regente. Em 1905 foi criada na Bahia uma fundação em sua homenagem, Fundação Visconde de Cairu, com a finalidade de formar peritos comerciais e habilitar os jovens para cargos de cônsules e chefes de Contabilidade, esta Fundação funciona até os dias atuais.

Apesar dos estímulos da área pública, o ensino comercial não se desenvolvia devido, principalmente ao desinteresse da população. O ensino levou quase cem anos para estruturar-se sendo consolidado após o movimento do Grêmio do Guarda-livros de São Paulo para criação do curso. E em 1902 foi fundada a Escola Prática de Comércio, atualmente Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, que funciona com a missão que há um século lhe foi autorgada pelos fundadores: formar profissionais com excelência de ensino.

A escassez de produtos nacionais que suprissem as necessidades internas e a falta de um produto forte no mercado internacional debilitava a economia imperial e isso ocorria, devido a quantidade de exportações, a balança comercial brasileira era desfavorável. Havia portanto a necessidade de maior arrecadação tributária e diante desse fato, surgiu em 1843 a primeira tentativa de implantar o imposto de renda.

Segundo Martins e Silva (2007: p 111) através da Lei de Orçamento 317 ,de 21 de outubro estabeleceu-se o imposto progressivo sobre os vencimentos recebidos dos cofres públicos, título de contribuição extraordinária, que só vigorou nos anos de 1843 a 1845. Essa foi à primeira experiência de implantação do Imposto de Renda, o que só se implantaria na República.

Outro fato marcante foi o Código Comercial Brasileiro estabelecido no período da República, no ano de 1850 pelo Imperador D. Pedro II, com intuito de regulamentar os procedimentos contábeis, impondo às empresas a fazer escrituração dos livros, mostrando os fatos patrimoniais, conforme transcreve a Lei 556 do Art. 290:

Art. 290. Em nenhuma associação mercantil poderá se recusar aos sócios o exame de todos os livros, documentos, escrituração e correspondência, e do estado de caixa da companhia ou sociedade, sempre que o requerer; salvo tendo-se estabelecido no contrato ou qualquer outro título da instituição da sociedade, as épocas em que o mesmo exame unicamente poderá ter lugar.

Segundo D' Áuria (1948), o Código Comercial Brasileiro, de 1850, qualifica o guarda-livros como preposto do comerciante. Salienta que somente nos últimos anos a profissão de contador é considerada legalmente, tendo sido medida complementar a criação do Conselho Federal de Contabilidade e seus registros, nos Estados. Hoje é obrigatório o registro dos profissionais, para que possam exercer, legalmente, a função de contador.

O Código Comercial Brasileiro sofreu algumas correções através da lei nº 1083, dentre essas alterações, foi estipulado que às empresas deveriam publicar e enviar ao Governo, em prazos determinados os balanços e as demonstrações contábeis, e após várias tentativas de implantação do Imposto de Renda, no ano de 1867, este imposto readquiriu força, com base na Lei 514 de 28 de outubro de 1848.

Martins e Silva (2007, p. 113), destaca:

é revigorado o imposto de 3% sobre os vencimentos e introduz o imposto de 1,5% sobre os benefícios que as sociedades anônimas distribuía, anualmente, aos acionistas.

No ano de 1869 foi criada a Associação dos Guarda-Livros da Corte, sendo reconhecido oficialmente no ano seguinte pelo Decreto Imperial nº 4.475, este fato foi importante, pois estava constituído o guarda-livros, como a primeira profissão liberal do Brasil. O guarda-livros, como era conhecido antigamente o profissional de Contabilidade, era um profissional ou empregado incumbido de fazer os seguintes trabalhos da firma: elaborar contratos e distratos, controlar a entrada e saída de dinheiro, através de pagamentos e recebimentos, criar correspondências e fazer toda a escrituração mercantil. Exigia-se que estes profissionais tivessem domínio das línguas portuguesa e francesa, além de uma aperfeiçoada caligrafia, demonstrado através das publicações abaixo:

Classificados do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 13/10/1835.

OFFERECE-SE huma pessoa com boa letra para apromptar alguma escripturação mercantil, ou para ajudar algum outro escripturario. Annunciem ou procurem na rua do Ouvidor n. 63.

Classificados do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 23/01/1850.

GUARDA-LIVROS
que sabe bem fallar, escrever, e francez, e escripturação por partidas simples e dobradas, offerece-se para alguma casa de commercio; quem precisar dirija-se a esta typographia em carta fechada com as iniciaes F. G. H.

Observa-se que da época Colonial até o Império, o Brasil sofreu influência direta de Portugal, devido ao vínculo existente entre os dois países, medidas criadas na metrópole, eram posteriormente adotadas na colônia, como a criação do Erário Régio e a implantação do método das partidas dobradas. O desenvolvimento da Contabilidade está intrinsecamente ligado às necessidades da sociedade como mostra a criação das Aulas de Comércio.

A influência Italiana na Contabilidade do Brasil

A doutrina Contábil é recente no Brasil, e até a primeira metade do século XX sofreu grandes influências da cultura contábil da Itália, país este, que é considerado o berço da Contabilidade e que deu origem ao método das partidas dobradas.

Um dos períodos da história mundial da Contabilidade, é o período pré-científico ou moderno, época que surgiu o método das partidas dobradas na Itália, sendo demonstrado no livro “Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita” do Frei Luca Pacioli publicado em 1494.

No princípio do período científico, Francesco Villa ultrapassou os conceitos de Contabilidade daquela época, mostrando que o estudioso em Contabilidade não era somente para escriturar e guarda-livros, era necessário detalhar a informação e saber o seu significado. Seu seguidor Fábio Bésta, definiu a Contabilidade como ciência do controle econômico, aproximando-se do conceito de que o objeto da Contabilidade era o patrimônio.

Vicenzo Masi, seguidor de Fábio Bésta afirmou em 1923, que o objeto da Contabilidade era o patrimônio, declarando seu pensamento em um artigo, cujo título denominava “*La Regioneria come Scienza Del Patrimonio*” (A Contabilidade como ciência do patrimônio) que Sá (1998) transcreveu em parte:

Se examinarmos os fenômenos fundamentais de Contabilidade, não podemos deixar de reconhecer que eles requerem indagações acuradas; não se pode negar que se torna necessário observá-los, expô-los e procurar explicá-los; depois, munidos dos ensinamentos oferecidos pelas pesquisas feitas com o subsídio de métodos especiais de investigação, próprios das ciências experimentais, daí retirar normas de prática aplicação a casos concretos. Ora, os fenômenos dos custos, das receitas, do rédito, das entradas e saídas financeiras, para lembrar só alguns dos mais evidentes fenômenos contabilísticos já por nós referidos, são todos investigados nas suas fases de constituição e de evolução apresentando problemas que sempre se apresentaram e sempre se nproblemas que sempre se apresampre se apresataram e apresentarela época, sase na Lei 514 de 28 de outubro de 1848.

Com esta afirmação, deu-se origem na Itália, a Escola Patrimonialista, corrente doutrinária de maior disseminação mundial, anunciando que a Contabilidade apesar de relacionar-se com varias ciências como o direito, a administração, a matemática e economia, tinha requisitos próprios para firmar-se como ciência. Como afirma Masi em comentário, relatado por Lopes de Sá (1998):

A Contabilidade, como ciência, só considera os instrumentos de informação como meios que levam ao conhecimento dos fenômenos patrimoniais: tais instrumentos servem, de fato para colher, classificar, ordenar e representar os dados que elaborados, são depois utilizados para administração do capital das empresas ou do patrimônio das entidades.

Segundo Sá (1998) a Teoria Patrimonialista classifica as contas em:

- a) Contas Patrimoniais: Contas do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido;
- b) Contas de Resultado: Despesa e Receita.

Para Silva (1959), segundo os patrimonialistas, os estudos do patrimônio compreendem três partes distintas:

- a) estática patrimonial, que se ocupa do patrimônio e seu aspecto estático (equilíbrio funcional e financeiro dos elementos patrimoniais);
- b) dinâmica patrimonial, que estuda o patrimônio em sua condição dinâmica (obtenção e emprego de capitais);
- c) revelação patrimonial, que se pode definir como um conjunto de princípios e normas que regem a individuação e representação qualitativa e quantitativa (especialmente monetária e valorativa) do patrimônio (ou de uma porção dele) em dado instante e na sucessão dos instantes.

Segundo Martins e Silva (2007, p. 83 e 84) o Patrimonialismo obteve grande aceitação no Brasil predominando até hoje, havendo vários adeptos desta escola, como Francisco D 'Áuria e Frederico Herrmann Júnior. Constata-se que era totalmente natural a influência européia, principalmente italiana no Brasil, pois, a escola italiana era a que mais se destacava no âmbito da Contabilidade e por isso os profissionais brasileiros, se identificavam e praticavam as doutrinas italianas.

Francisco D 'Áuria foi o precursor do estudo científico no Brasil, em 1948 lançou a obra "Primeiros Princípios de Contabilidade Pura", introduzindo o patrimonialismo na Contabilidade Pública Brasileira. Segundo, Vincenzo Masi (1958, p. 08), D 'Áuria em sua obra

“Primeiros Princípios de Contabilidade Pura”, revela-se patrimonialista pela sua própria definição de Contabilidade:

“... é uma ciência matemático-social, cujo campo de aplicação é o patrimônio; tem como meios os dados quantitativos de gestão, os seus instrumentos são cálculo e os registros; são as suas funções de observação, análise, coordenação, síntese e exposição; os seus fins são: controlar, informar e orientar administração patrimonial.”

D'Áuria e Herrmann Júnior, participaram diretamente da fundação do atual Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, da Revista Paulista de Contabilidade e lutaram pelo reconhecimento da profissão contábil. Segundo, Martins e Silva (2007, p. 170), a consolidação do patrimonialismo no Brasil, ocorreu no V Congresso Brasileiro de Contabilidade e deveu-se ao desempenho de Hilário Franco.

A influência de Escola Norte-Americana no Brasil

Predominava no Brasil até a década de 50, a doutrina italiana, mas com a vinda de indústrias estrangeiras norte-americana para o país essa influência foi se dissipando, ocorrendo uma evolução dos conhecimentos contábeis.

No princípio esta escola limitava-se a base teórica, elevando o desenvolvimento prático e os contadores respeitando as normas definidas pelas associações profissionais. Depois da quebra da Bolsa de New York em 1929, houve uma necessidade de estabelecer normas padronizadas para os registros contábeis, daí o surgimento dos princípios contábeis.

Dentre os trabalhos realizados para a padronização dos princípios contábeis, o que teve mais destaque no Brasil foi de Finney & Miller, adotado pela Universidade de São Paulo, causando uma expansão do pensamento contábil no país, segundo depoimentos do Professor Iudicibus.

Na data de 15 de dezembro de 1976, foi publicada no Brasil a Lei 6.404, que regulamentava os princípios contábeis, com orientação internacional especialmente norte-americana.

Segundo Hilário Franco, esta lei na realidade não inovou, e sim consagrou os princípios já utilizados no Brasil, por seus melhores profissionais.

O Neopatrimonialismo

A partir da década de 90, o Brasil na figura do Dr. Prof. Antônio Lopes de Sá aperfeiçoa o Patrimonialismo de Masi, dando origem a Escola Neopatrimonialista, baseado na Teoria Geral da Contabilidade. Essa escola foi a primeira corrente doutrinária criada no Brasil.

A Teoria Geral da Contabilidade foi fundamentada por teorias anteriores desenvolvidas pelo próprio Lopes de Sá, como a Teoria de Equilíbrio, Teoria Dinâmica de Circulação, Teoria das Funções Sistemáticas do Patrimônio Aziendal.

Segundo Lopes de Sá, o fenômeno patrimonial sob a ótica do neopatrimonialismo classifica-se em três grandes grupos de relações lógicas:

As essenciais detectam-se as relações íntimas de necessidade, finalidade, meio patrimonial, função; as dimensionais relações de causa, efeito, tempo, espaço, qualidade, quantidade; ambientais relações de naturezas: administrativas, psíquicas do pessoal, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, políticas, legais, etc. Lopes de Sá (1997, p. 160).

Segundo Martins e Silva (2007, p. 172), o Neopatrimonialismo é a primeira doutrina a adotar valores axiomáticos de forma organizada e sistemática, ou seja, dentro dos vigores da filosofia das ciências.

O Neopatrimonialismo evolui a corrente Patrimonialista de Masi, aprofundou-se sem desmerecê-lo. Esta escola ainda está em fase de implantação, mas já está disseminada em vários países como Argentina, Portugal e Espanha.

Regulamentação da Profissão Contábil

Através do Decreto-Lei 9.295 de 27 de maio de 1946, foram criados os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, com a determinação de fiscalizar e reger a profissão contábil. Definiu-se o perfil dos contabilistas, contadores eram os graduados em cursos universitários de Ciências Contábeis; técnicos de Contabilidade eram os de nível médio, das escolas comerciais; e guarda-livros não tinham escolaridade formal, exerciam atividades de escrituração mercantil, passando a ser técnico contábil com a regulamentação da Lei 3.384/58.

O primeiro registro profissional de CRC do atual Estado do Rio de Janeiro, foi o do Senador João Lyra, considerado Patrono da Classe Contábil, homenageado pela sua contribuição na luta pela regulamentação da profissão contábil.

Em 1981, o Conselho Federal de Contabilidade, estabeleceu as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC, dividindo em Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnica NBC - T e Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais NBC – P, onde foram dispostos dezesseis princípios contábeis.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

A Comissão de Valores Mobiliários é uma autarquia federal, que surgiu através da Lei 6.385 de 07 de dezembro de 1976, determinada a regulamentar e fiscalizar as companhias abertas, estabelecendo critérios sobre relatórios e pareceres de auditoria, visando o fortalecimento do mercado de capitais. Uma das principais competências da CVM é proteger o pequeno acionista. A CVM através de seu poder de fiscalização, constata as irregularidades e pode aplicar multa, advertência, suspensão ou incapacitação do profissional para exercício do cargo ou anular o seu registro.

Lei 6.404 e suas alterações segundo a Lei 11.638/2007

Criada no ano de 1976, para normatizar os princípios contábeis no Brasil e disciplinar as companhias abertas, como mostra o texto:

... criar estrutura jurídica necessária ao fortalecimento do mercado de capitais de risco no País, imprescindível à sobrevivência da empresa privada na fase atual da economia brasileira. A mobilização da poupança popular e seu encaminhamento voluntário para o setor empresarial exigem, contudo, o estabelecimento de uma sistemática que assegure ao acionista minoritário o respeito a regras definidas e equitativas, as quais, sem imobilizar o empresário em suas iniciativas, ofereçam atrativos suficientes de segurança e rentabilidade. (Lei das S.A., 1976, p. 20)

A Lei 6.404 sofreu grande influência norte-americana, havendo também importantes contribuições brasileiras como: correção monetária e reserva de lucros a realizar. Alguns

estudiosos da Teoria da Contabilidade discordam quanto a redação, devendo ser revista sua seqüência, ordem e clareza. Quanto as suas contribuições podemos citar: separação entre a Contabilidade comercial e fiscal, aperfeiçoamento da classificação das contas no balanço e do mecanismo de correção monetária, implantação da reavaliação a valor de mercado e do método de equivalência patrimonial e origem da reserva de lucros.

Posteriormente, esta Lei abrangeu-se a todas as empresas, por meio do Decreto – Lei nº 1.598. Para alguns estudiosos como Schimidt apud Doupnik (1996, p. 377), a Lei das S.A. marcou uma nova fase na Contabilidade Nacional.

Em atendimento as necessidades da sociedade brasileira, foi publicada a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, introduzindo mudanças significativas no contexto da Contabilidade Empresarial. Na referida legislação, ocorrem alterações e revogação de dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

IBRACOM – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

Este instituto fundado em 13 de dezembro de 1971, vigorado através de novas regras estatutárias de 01 de julho de 1982, visa ajudar na criação e divulgação das Normas e Procedimentos de Auditoria e de Contabilidade, que são sancionados pelo Conselho Federal de Contabilidade, Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central da Brasil.

O Ibracon é o órgão responsável para representar o Brasil perante algumas entidades internacionais, como:

- a) IASC – *International Accounting Standards Committee* (Comitê Internacional de Normas Contábeis): O Comitê Internacional de Normas Contábeis, é um conjunto de medidas internacionais sobre Contabilidade editadas e analisadas pelo IABS (*International Accounting standards Board*)
- b) IFAC - *International Federation of Accountants* (Federação Internacional de Contadores): É uma entidade internacional que patrocina os Congressos Internacionais de Contabilidade, e anuncia guias de orientação sobre o exercício profissional.

- c) AIC – Associação Interamericana de Contabilidade: É uma entidade continental que reúne os profissionais da área contábil das Américas do Sul, Norte e Central, com intuito de elevar o intercâmbio dos contabilistas, estabelecer comunicação entre as normas internacionais e desenvolver a profissão contábil.

A Contabilidade do Brasil no século XXI

Com as transformações no cenário mundial devido à globalização, as informações acerca das empresas são transmitidas rapidamente e a Contabilidade deve acompanhar estes avanços.

O profissional da área contábil no século XXI deve ter um conhecimento vasto e qualificado. Diante das novas necessidades do mercado, que dispõe de muitas informações em reduzido espaço de tempo, e devido às inovações tecnológicas, é exigido do profissional ética, agilidade diante dos problemas, auxílio na tomada de decisões, além de manter-se atualizado continuamente. Para isso os Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Contabilidade atuam realizando cursos, seminários e fóruns.

Diante dos anseios da sociedade perante a profissão contábil, Franco (1999, p. 86), afirma:

As expectativas da sociedade crescem continuamente, uma vez que ela vê a profissão contábil como capaz de enfrentar os desafios do futuro e de cumprir suas responsabilidades. A profissão tem, portanto, de avaliar e reconhecer até onde ela pode atender às expectativas da sociedade, sempre crescentes, adaptando-se às novas situações, seu crescimento será assegurado.

Isso exigirá constante comparação entre as expectativas da sociedade e a capacitação dos membros da profissão para atender a essas expectativas. Ela terá, portanto, de atualizar constantemente seus conhecimentos para justificar sua afirmação de que pode atender às necessidades da sociedade.

Antigamente, o mercado de trabalho não exigia dos profissionais da área de Contabilidade o ensino superior, por isso a figura do técnico de Contabilidade supria as necessidades deste mercado. Diante das expectativas em torno do crescimento do profissional contábil, podemos verificar que este, vem buscando a evolução e amadurecimento para atender o mercado.

A Contabilidade disponibiliza neste século muitas áreas de atuação para este profissional:

- a) Planejamento Empresarial: planejador tributário; analista financeiro; contador geral; auditor interno; contador de custos; contador gerencial; atuário.
- b) Ensino: Professor; pesquisador; escritor; conferencista;
- c) Autônomo: auditor independente; consultor; empresário contábil; investigador contábil; perito de fraudes;
- d) Em órgão público: contador público; agente ou auditor fiscal; tribunal de contas; oficial contador e outros cargos públicos.

Considerações Finais

O presente trabalho mostrou que o início da história da Contabilidade do Brasil esteve ligada com o desenvolvimento da sociedade colonial, e a necessidade de controle dos gastos públicos com a chegada da família Real portuguesa. Como o país era colônia, seu desenvolvimento contábil era herdado de Portugal, a exemplo da implantação do método das partidas dobradas e das aulas de comércio.

A pesquisa demonstrou como a Contabilidade sofreu influências de países europeus, principalmente italiana com seus grandes doutrinadores permanecendo fieis até a década de 50, quando perdeu parte de seu encanto junto a profissionais brasileiros, com o processo de modernização, ocorrendo quando as indústrias americanas aqui se instalaram.

O profissional contábil está ganhando reconhecimento no mundo atual, pois este é imprescindível na tomada de decisões das empresas merecendo destaque em várias áreas de atuação.

O desafio do trabalho foi demonstrar o quanto evoluiu e está evoluindo a Contabilidade no Brasil, apesar das dificuldades de encontrar registros e materiais que indicassem este desenvolvimento.

Referências

CVM, O que é a. Cadernos CVM. CVM e Governo Federal, 2000.

D'ÁURIA, Francisco. Primeiros Princípios de Contabilidade Pura. São Paulo, 1948.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio, 6º edição, Ed. Positivo, 2006.

FRANCO, Hilário. A evolução dos Princípios Contábeis no Brasil, São Paulo, Atlas, 1988.

IUDÍCIBUS, Sergio de. Teoria da Contabilidade. São Paulo, Atlas, 1980.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. História do Brasil. 5º edição. São Paulo. Atlas, 2006.

SÁ, Antônio Lopes de. História Geral da Doutrinas da Contabilidade, São Paulo, Atlas, 1997.

SÁ, Antônio Lopes de. Teoria da Contabilidade, 4º edição, São Paulo, Atlas, 2006.

SHMIDT, Paulo. História do Pensamento Contábil, Bookman, 2000.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Carlos Ribeiro da. História do Pensamento Contábil, Curitiba, Juruá, 2007.

<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=especializ2>. Acesso em 28.10.2007

<http://www.senac.br/informativo/BTS/263/boltec263d.htm>. Acesso em 03.11.2007

<http://www.fecap.br/PortalNovo/Index.asp>. Acesso em 03.11.2007

http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal. Acesso em 03.11.2007

<http://www.cfc.org.br/>. Acesso em 04.11.2007

<http://www.lopesdesa.com.br/>. Acessos: 31.10.2007 e 04.11.2007

www.fvc.br. Acesso em 29.10.2007

http://www.fecap.br/adm_online/art0503/art5034.pdf. Acesso em 24.10.2007

www.classecontabil.com.br. Acesso em 15.10.2007.

ⁱ Aluna do 5º semestre do Curso de Ciências Contábeis da UNIFACS.

ⁱⁱ Aluna do 5º semestre do Curso de Ciências Contábeis da UNIFACS.

ⁱⁱⁱ Professora da UNIFACS. Mestre em Contabilidade. Orientadora do trabalho da Disciplina Teoria da Contabilidade.